Carapinha Veríssimo, com efeitos a partir de 21 de Abril de 2005. (Não carece de fiscalização prévia.)

2 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente, *Fernando Leopoldo Severino Otero*.

Instituto Superior de Engenharia

Edital n.º 357/2006

1 — Faz-se público que, por despacho do vice-presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 2 de Agosto de 2006, no uso de competência própria, nos termos da alínea *b*) do artigo 9.º e da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugadas com a alínea *h*) do n.º 1 do artigo 15.º do Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 192, de 22 de Agosto de 1991, e de acordo com o disposto nos artigos 5.º, 7.º, n.º 1, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 21.º, 24.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental para provimento de uma vaga de professor-adjunto do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, conforme o mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 389/88, de 25 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 373/96 e pelo despacho n.º 33/96-IPPL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1996, para a área científica de Física.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento da vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, possuindo o grau de doutor em Física ou afim.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, no ou para o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Rua do Conselheiro Emídio Navarro, 1, 1959-007 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone, graus académicos e respectivas classificações finais, bem como todos os elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo em como se encontra nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se for caso disso;
- b) Certificado de habilitações;
- c) Certidão de nascimento;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;
- e) Certificado do registo criminal;
- f) Atestado e certificado referidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- g) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
- h) Quatro exemplares do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- i) Quatro exemplares dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*;
- j) Quatro exemplares dos diplomas dos cursos referidos no *curriculum vitae*;
- k) Lista detalhada da documentação apresentada.

6.1 — Aos candidatos que venham exercendo funções neste Instituto é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*), *b*), *c*), *d*), *e*), *f*), *g*) e *j*) do número anterior, desde que possuam os documentos pedidos no seu processo individual.

6.2 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *c*), *e*), *f*) e *g*) aos candidatos que declararem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

7 — Critérios de selecção e ordenação dos candidatos:

7.1 — Constitui critério de preferência a posse do grau académico de doutor em Física, em áreas de especialização da Física Experimental;

7.2 — Mérito científico do *curriculum vitae* dos candidatos na área científica para que é aberto o concurso, preferencialmente em domínios da Física Experimental. No que se refere aos projectos de inves-

tigação científica nos quais os candidatos foram ou são investigadores principais, os candidatos deverão fazer constar do processo de candidatura os documentos que atestem a sua condição de investigador principal, bem como os comprovativos dos respectivos montantes obtidos. Deverão incluir também uma carta de intenções, onde descrevam um plano para montar um laboratório de investigação em Física Experimental que permita desenvolver projectos científicos na área científica de Física do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;

7.3 — Mérito pedagógico do *curriculum vitae* dos candidatos no que respeita à leccionação das componentes teórica e experimental de disciplinas de Física do ensino superior. Para efeito da contagem do serviço docente efectivo, os candidatos deverão fazer constar no seu processo de candidatura todos os documentos oficiais comprovativos que atestem as disciplinas leccionadas e a respectiva carga horária semanal, bem como o período em que as leccionaram.

8 — O júri reserva-se o direito de poder entrevistar os candidatos para uma melhor apreciação da prova documental produzida.

9 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutor João Paulo Ferreira da Silva, professor-coordenador com agregação do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Vogais efectivos:

Doutor António Jorge Duarte de Castro Silvestre, professor-coordenador do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Doutor Pedro Manuel Alves Patrício da Silva, professor-adjunto do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Vogal suplente — Doutora Catarina Marques Mendes Almeida da Rosa Leal, professora-adjunta do quadro do Instituto superior de Engenharia de Lisboa.

3 de Agosto de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Carlos Quadrado Lourenço Quadrado*.

Edital n.º 358/2006

1 — Faz-se público que, por despacho do vice-presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 2 de Agosto de 2006, no uso de competência própria, nos termos da alínea *b*) do artigo 9.º e da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugadas com a alínea *h*) do n.º 1 do artigo 15.º do Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 192, de 22 de Agosto de 1991, e de acordo com o disposto nos artigos 5.º, 7.º, n.º 1, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 21.º, 24.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a partir da data de publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental para provimento de uma vaga para professor-adjunto do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, conforme o mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 389/88, de 25 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 373/96, de 20 de Agosto, e pelo despacho n.º 33/96-IPPL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1996, na área científica de Engenharia de Sistemas de Potência e Automação, para o grupo de disciplinas de Máquinas Eléctricas.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento da vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho — Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Rua do Conselheiro Emídio Navarro, 1, 1959-007 Lisboa, nele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone, graus académicos e respectivas classificações finais, bem como todos os elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo em como se encontra nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- b) Certificado de habilitações referidas no n.º 7 do presente edital;
- c) Certidão de nascimento;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;

- e) Certificado do registo criminal;
- f) Atestado referido no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- g) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
- h) Quatro exemplares do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- i) Quatro exemplares de toda a documentação referida no *curriculum vitae*;
- j) Lista detalhada da documentação apresentada.

6.1 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas c), d), e), f) e g) aos candidatos que declararem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

6.2 — Aos candidatos que venham exercendo funções neste Instituto é dispensada a apresentação dos documentos e da declaração referida no número anterior, desde que possuam os documentos pedidos no seu processo individual.

7 — Exigências curriculares mínimas:

7.1 — Licenciatura em Engenharia Electrotécnica, com perfil em Energia;

7.2 — Mestrado em Engenharia Electrotécnica e Computadores, com perfil em Energia.

8 — Critérios de ordenação dos candidatos:

8.1 — Grau de doutor em Engenharia Electrotécnica;

8.2 — Mérito científico no âmbito do grupo de disciplinas em que é aberto o concurso;

8.3 — Mérito pedagógico no que respeita à docência no ensino superior, em particular no âmbito do grupo de disciplinas em que é aberto o concurso.

9 — O júri reserva-se o direito de, se julgar necessário, entrevistar os candidatos.

10 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Victor Manuel Fernandes Mendes, professor-coordenador do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Vogais efectivos:

José Carlos Lourenço Quadrado, professor-coordenador do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Constantino Vital Sopa Soares, professor-coordenador do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Vogal suplente — Jorge Alberto Mendes de Sousa, professor-adjunto do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

3 de Agosto de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Carlos Quadrado Lourenço Quadrado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Despacho (extracto) n.º 17 155/2006

Por despacho de 29 de Junho de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar, foi renovado a Ana Catarina Oliveira da Graça o contrato administrativo de provimento como encarregada de trabalhos, por urgente conveniência de serviço, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do Instituto Politécnico de Tomar, com início em 1 de Julho de 2006 e com término em 30 de Setembro de 2006, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 295, constante do estatuto remuneratório da Administração Pública, para esta categoria. (Contrato isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas.)

7 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente, *Eugénio Manuel Carvalho Pina de Almeida*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho (extracto) n.º 17 156/2006

Por despacho de 17 de Julho de 2006 da vice-presidente do Instituto Politécnico de Viseu, em substituição do presidente, foi autorizada a nomeação definitiva da mestre Maria Isabel Bica Carvalho Costa como professora-adjunta para o quadro da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viseu, com efeitos à data de 1 de Julho de 2006, considerando-se nesta data exonerada do lugar do quadro da Sub-Região de Viseu.

26 de Julho de 2006. — A Chefe de Divisão, *Raquel Margarida Neto Martins de Lima Cortez Vaz*.

Regulamento n.º 153/2006

Regulamento Pedagógico da Escola Superior de Tecnologia de Viseu

1 — Disposições gerais:

1.1 — Regime lectivo:

1.1.1 — O regime normal dos cursos supõe a divisão do ano lectivo em dois semestres.

Salvo razões de carácter extraordinário que justifiquem uma solução diferente, em cada semestre o número de semanas de aulas não será inferior a 13;

1.1.2 — Cada disciplina corresponde a uma unidade temático-didáctica bem definida.

Embora as diferentes disciplinas sejam por princípio semestrais, poderão existir algumas de duração anual ocupando, nesse caso, os dois semestres do mesmo ano lectivo;

1.1.3 — Os planos curriculares em vigor e a carga horária semanal das disciplinas são os fixados, para cada curso, de acordo com o respectivo diploma legal;

1.1.4 — O ensino é ministrado através de aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, seminários, conferências, colóquios, visitas de estudo, estágios ou por outros processos entendidos como convenientes pelos docentes responsáveis.

1.2 — Calendário escolar:

1.2.1 — Até ao final do ano lectivo precedente, a direcção da Escola publicará o calendário escolar, que deverá incluir:

a) As datas de início e de fim dos períodos de matrículas e inscrições;

b) As datas de início e de fim de cada semestre e do período lectivo, as férias lectivas e outras interrupções previstas;

c) As datas de início e de fim dos períodos de avaliação;

1.2.2 — Em cada semestre será fixado, para cada curso, o calendário das provas de avaliação das respectivas disciplinas;

1.2.3 — A fixação do calendário das provas de avaliação é da competência, para cada curso, do respectivo departamento e deverá ser publicado com uma antecedência mínima de duas semanas relativamente ao início da respectiva época.

1.3 — Matrículas e inscrições:

1.3.1 — Entende-se por matrícula o acto pelo qual o aluno dá entrada no estabelecimento de ensino;

1.3.2 — Entende-se por inscrição o acto que faculta ao aluno, depois de matriculado, a frequência nas diversas disciplinas do curso em que se inscreve;

1.3.3 — As matrículas e inscrições a que se referem os números anteriores decorrerão nos seguintes prazos:

a) Nos períodos normais previstos no calendário escolar;

b) Durante a 1.ª quinzena do mês de Outubro para os alunos que não tiverem obtido aprovação na época especial de avaliação para alunos finalistas (em condições de conclusão do curso) a que se refere o n.º 2.2.3 deste documento;

c) Nos sete dias úteis imediatamente seguintes à publicação do resultado do exame que viabiliza a transição de ano, nos casos a que se refere o n.º 3.11 do n.º 3 («Transição de ano») deste documento;

d) Nos prazos previstos nos respectivos diplomas legais para os alunos que ingressam na Escola Superior de Tecnologia de Viseu (ESTV) ao abrigo de regimes específicos previstos na legislação;

1.3.4 — Para os alunos que ingressam pela primeira vez no 1.º ano dos cursos da ESTV, a inscrição nas disciplinas desse ano é feita no acto da matrícula;

1.3.5 — Entende-se por «ano curricular em que o aluno se encontra» o ano curricular a que pertencem as disciplinas mais avançadas do plano de estudos em que o aluno efectua inscrições, com excepção das inscrições extraordinárias a que se referem os n.ºs 3.5 e seguintes.

1.4 — Concursos especiais de acesso ao ensino superior e regimes de reingresso, mudança de curso e transferência:

1.4.1 — Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, são organizados concursos especiais de acesso ao ensino superior para:

a) Titulares das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior por maiores de 23 anos;

b) Titulares de cursos superiores, pós-secundários e médios previstos no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro;

c) Titulares de matrícula e inscrição em estabelecimento e curso de ensino superior estrangeiro;

1.4.2 — Os actos a que se refere o número anterior regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro, e na Portaria n.º 854-A/99, de 4 de Outubro, do Ministério da Educação, que regu-